



RELATÓRIO

Trata-se de minha participação, como observador, no período de 5 a 7/12/16, na 71ª Assembleia Geral da ONU, que se realizou em Nova York no mês de dezembro.

Em 5/12 ocorreu a leitura e explanação do relatório do Secretário-geral, Ban Ki-moon, sobre o Direito do Mar e Situação dos Oceanos.

As Nações Unidas veem tratando desse assunto com especial atenção, tendo em vista a indiscutível e vital dependência humana de sua exploração e o consequente interesse em sua conservação. A partir dessa legislação, a gestão dos recursos dos mares e oceanos é definida para o uso individual e comum da humanidade. Ou seja, o aproveitamento dos oceanos como recurso hídrico, alimentação, turismo e transporte estão sendo regrados por leis, em comum acordo entre as nações, com o intuito de utilizá-los racionalmente, sem prejudicar a vida marinha.

Em 2016, durante as celebrações do Dia Mundial, o tema “Oceanos Saudáveis, Planeta Saudável” serviu para alertar os riscos do despejo de 20 milhões de toneladas de plástico por ano nos mares.

A intenção é evitar que o ecossistema marinho fique vulnerável aos atos irresponsáveis do ser humano: exploração ilegal de pesca destrutiva, poluição marinha, ataques piratas, contrabando de drogas e tráfico de pessoas. O que prejudica sobremaneira a economia e a sustentação da paz mundial e da vida humana.

O aumento da temperatura do mar vem causando, indiscutivelmente, grandes alterações no clima que passou a atingir diretamente o homem. Pretende-se proteger os oceanos e mares e promover a utilização consciente dos recursos do ambiente marinho.

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura oferece programas, cursos e bolsas para melhoria da gestão dos oceanos e para o crescimento sustentável ambiental marinho. Destaque para o Programa de Bolsas da Fundação Nippon do Japão que ocorreu em 2016, sobre assuntos oceânicos e direito do mar.

No final da tarde, fui recebido pelo Embaixador Mauro Vieira, representante do Brasil na ONU, falamos sobre os laços diplomáticos atuais e futuros entre Brasil e Estados Unidos, durante a gestão Donald Trump; na sequência discutimos sobre a

SF/17933.15322-07



intenção americana de dobrar o comércio entre Brasil e EUA, que hoje em dia está em torno de 100 bilhões de dólares, através da Câmara Americana de Comércio Brasil Estados Unidos.

Em 06/12, em Sessão Plenária, foi discutido o tema: Esporte para a Promoção do Desenvolvimento e da Paz.

Na Convenção Internacional de Direitos da Criança da ONU, o direito ao esporte está claro, inclusive quanto a sua importância para o desenvolvimento social do mundo. O debate, então, foi sobre a necessidade da inclusão do esporte no currículo escolar para a formação de atletas, e o essencial papel do esporte na promoção do desenvolvimento social e da paz no planeta.

Devemos estimular as políticas públicas para transformar a população, agregando a educação, o esporte, a saúde, a assistência social, principalmente para as crianças. A população mais carente, que é mais suscetível à discriminação, será imediatamente elevada a outro patamar de desenvolvimento e de justiça, afastando-as da ignorância, das drogas e do crime.

A importância das atividades esportivas é imensa. O esporte evita o sedentarismo e suas eventuais doenças como: diabetes, problemas cardíacos, câncer e outras. Além disso, o esporte tem um grande potencial para a construção de sociedades pacíficas, unindo as pessoas ao seu redor, como foi o caso das olimpíadas e das copas esportivas, o que proporciona desenvolvimento humano e prosperidade econômica.

Destaque para o sucesso das olimpíadas no Rio de Janeiro, com a participação de atletas de comunidades carentes influenciadas pelo estímulo ao esporte.

O pesar ficou pelo não-cessar fogo das guerras no mundo durante os jogos olímpicos, apesar dos esforços e apelos da ONU, demais organizações e governos.

Em 7/12, foi discutido sobre: Cultura da Paz, Saúde Mundial e Política Externa.

Discutiu-se, principalmente, sobre investimentos nas áreas social, de educação e de saúde para o desenvolvimento humano e justiça social, o que acarretaria uma maior possibilidade de paz entre os povos.

SF/17933.15322-07



Maiores investimentos e atenção aos problemas climáticos que ameaçam a vida humana na terra, procurando soluções cabíveis e sensatas para sanar os problemas, também esteve em pauta.

Em outro momento falou-se sobre as guerras no mundo e seus efeitos, como nações devastadas, revanches, crianças órfãs, pobreza e a intolerância contra os refugiados. Como convencer os governantes e sociedades de: recebê-los e provê-los até que possam absorvê-los socialmente. Grande preocupação também com a agenda do desarmamento nuclear que não está sendo cumprida a contento, provocando uma grande instabilidade para a paz mundial.

Apelos para que governos evitem a discriminação entre raças, religião, cultura e sexo que geram violência insustentável para a sociedade, provocando a homofobia, o sexismo e a xenofobia entre povos, além da intolerância religiosa e cultural.

Proposta da agenda 2030 para Desenvolvimento sustentável, com metas para acabar ou minimizar os problemas acima descritos.



SF/17933.15322-07



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Gladson Cameli**

SENADO FEDERAL

00200.015902/2016-60

GABINETE DO SENADOR GLADSON CAMELI



Brasília, 06 de janeiro de 2017

Senador Gladson de Lima Cameli
PP/AC

SF/17933.15322-07